

**Ofício GAB. nº. 285/2025.**

**Em, 15 de Dezembro de 2025.**

**Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei - Incentivo Econômico.**

**Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores:**

Encaminhamos, para apreciação e deliberação desta Colenda Câmara de Vereadores, o Projeto de Lei que autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar doação/cessão de imóvel a título de incentivo econômico para Empresa Packem S.A.

**JUSTIFICATIVA:**

A concessão de incentivos econômicos e benefícios fiscais às empresas que se instalem ou ampliem suas atividades no Município de Petrolândia justifica-se pela necessidade de fortalecimento da economia local, incremento do movimento econômico e promoção do desenvolvimento sustentável.

Municípios de pequeno e médio porte enfrentam desafios estruturais ligados à limitação da base produtiva, à concentração setorial e à dificuldade de atrair investimentos capazes de gerar empregos de qualidade. Assim, políticas públicas de estímulo econômico tornam-se instrumentos fundamentais para ampliar a competitividade municipal e criar ambiente favorável ao empreendedorismo.

A iniciativa harmoniza-se com a competência constitucional do Município para legislar sobre assuntos de interesse local, conforme o art. 30 da Constituição Federal, além de observar rigorosamente os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, uma vez que estabelece critérios objetivos, mecanismos de controle e exigência de estudo prévio que permita avaliar o impacto financeiro e o retorno econômico do empreendimento.

A Lei Complementar Nº. 054/2025 de 03 de novembro de 2025 autoriza a concessão de incentivos econômicos e benefícios fiscais para instalação de empresas e para aquelas já estabelecidas em nosso Município.

O projeto pauta-se por critérios técnicos claros, baseados em matriz de pontuação que considera o movimento econômico, a geração de empregos diretos, as características do produto, o nível de investimento e a sustentabilidade ambiental, assegurando que os benefícios sejam concedidos apenas a empreendimentos que demonstrem efetiva capacidade de contribuir para o desenvolvimento municipal.

**Exmo. Sr.  
WILMAR DOS SANTOS  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores  
PETROLÂNDIA - SC**

A exigência de apresentação de um Plano de Negócios de cinco anos reforça a segurança jurídica, permite avaliação da viabilidade do empreendimento e assegura que as contrapartidas sejam mensuráveis e monitoráveis por meio da atuação da Comissão Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE), órgão técnico responsável por analisar, emitir parecer e acompanhar o cumprimento das obrigações assumidas pelas empresas beneficiadas.

Além disso, a proposição promove responsabilidade administrativa ao prever hipóteses de reversão de bens, ressarcimento ao erário e revogação imediata dos benefícios caso se verifiquem fraude, descumprimento das contrapartidas ou alteração indevida das atividades empresariais. Medidas dessa natureza protegem o patrimônio público e impedem que os incentivos sejam utilizados de forma indevida.

Sob o ponto de vista social, o projeto contribui substancialmente para a melhoria do bem-estar da população ao exigir criação de empregos, capacitação de mão de obra e adoção de práticas ambientalmente responsáveis.

Tais elementos alinham-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, especialmente no que tange ao fomento de trabalho decente, inovação, sustentabilidade e infraestrutura.

A proposta também observa a legislação de licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021), ao estabelecer requisitos para alienação, doação ou concessão de uso de imóveis públicos, incluindo avaliação prévia, justificativa de interesse público e cláusula de reversão. Com esses cuidados, garante-se transparência, probidade administrativa e uso eficiente dos recursos públicos.

O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, já se manifestou sobre a viabilidade de doação de bem imóvel público para pessoa jurídica de direito privado, no processo CON-09/00674601.

Diante desses fundamentos, constata-se que o Projeto de Lei representa instrumento moderno, equilibrado e essencial para impulsionar o desenvolvimento econômico de Petrolândia, atraindo novos investimentos, ampliando a competitividade do Município, gerando emprego e renda e fortalecendo a base fiscal de médio e longo prazo. Trata-se de medida necessária, juridicamente adequada e socialmente relevante, que merece aprovação.

Atenciosamente,

**RODRIGO DE SOUZA**  
**PREFEITO MUNICIPAL**

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA**

**PROJETO DE LEI Nº. \_\_\_\_\_, de 15 de Dezembro de 2025.**

**AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR DOAÇÃO/CESSÃO DE IMÓVEL A TÍTULO DE INCENTIVO ECONÔMICO COM FUNDAMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 054/2025 E DA LEI ORGÂNICA DESTES MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA/SC - PARA EMPRESA PACKEM S.A CNPJ 02.417.230/0004-29 (FILIAL) - CNPJ 02.417.230/0001-86 (MATRIZ) E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**RODRIGO DE SOUZA**, Prefeito do Município de Petrolândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições. **FAÇO** saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

**Art. 1º.** Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, a título de incentivo econômico, efetuar a doação de um imóvel de propriedade do Município, discriminado no inciso I, para Empresa PACKEM S.A - CNPJ número 02.417.230/0004-29 - Filial de Petrolândia/SC - CNPJ número 02.417.230/0001-86 - matriz.

**I** - um terreno urbano, edificado com um galpão de alvenaria com 748,00m<sup>2</sup> e um refeitório em alvenaria com 126,15m<sup>2</sup> (área não averbada na matrícula do imóvel) situado na Rodovia SC-110, Lado Direito, Bairro Centro, Município de Petrolândia, contendo área superficial de 7.628,05 m<sup>2</sup> (sete mil seiscentos e vinte e oito metros e cinco decímetros quadrados), 299 metros da Rua Vereador Avelino Clasen, com servidão de passagem, instituído conforme matrícula de número 41.142 no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ituporanga/SC, cujo as confrontações, medidas e ângulos são aquelas anotadas na matrícula do imóvel nesta data.

**§ 1º.** Referida área foi desmembrada da matrícula 1.824 no qual a empresa já possui cessão de uso do espaço aprovado através da Lei Ordinária Municipal n. 1.750 de 30 de junho de 2020.

**§ 2º.** A doação referida neste artigo será feita para a ampliação da empresa PACKEM S.A filial de Petrolândia/SC, de acordo o requerimento apresentado e com o parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

**§ 3º.** O imóvel acima descrito destina-se exclusivamente para utilização do objeto social da empresa beneficiada, sendo vedado a utilização para objeto diverso.

**§ 4º** Ocorrerá a reversão se no prazo de 10 (dez) anos contados da aprovação desta Lei a empresa encerrar suas atividades na filial de Petrolândia/SC, ou não cumprir rigorosamente com plano de negócio apresentado e aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

**Art. 2.º** Fica expressamente vedado à empresa beneficiada com incentivos econômicos:

**I** - alienar o imóvel no período previsto para revisão, a fim de desviar-se da finalidade originária, sem que o requerente observe as condições previstas na Lei Municipal nº. 054/2025

e obtenha expressa autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, ouvido o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CMDE.

**II** - dar destinação não prevista no projeto original de empreendimento e que foi aprovado.

**Art. 3º.** Na escritura do imóvel referido no art. 1º desta Lei, deverá constar cláusula de reversibilidade da área e das benfeitorias nela contidas, caso seja descumprido qualquer dispositivo desta Lei e do requerimento apresentado e aprovado pelo CMDE, e deverá constar registro de hipoteca de segundo grau em favor do Município nos termos do artigo 3º, §4º da Lei Complementar nº. 054/2025, quando o beneficiário necessitar oferecer o imóvel em garantia de financiamento.

**Art. 4º.** A empresa beneficiada ficará obrigada a cumprir o cronograma de execução e instalação aprovado pelo CMDE, e que o prazo máximo alcançar o início da atividade é de 24 (vinte e quatro) meses contados da concessão da área.

**Art. 5º.** Cessará o benefício concedido, caso a empresa deixe de cumprir com os propósitos manifestados na solicitação e contidos no projeto original, responsabilizando-se pelo recolhimento aos cofres públicos municipais do valor correspondente aos benefícios obtidos segundo a legislação, qual seja, o tempo que utilizou o bem sem pagar locação pelo espaço, podendo levantar as benfeitorias caso não tenha dado o imóvel em hipoteca de primeiro grau, acrescido de juros e correções legais, em parcelas mensais e sucessivas, nos termos da LCM nº. 054/2025.

**Parágrafo único.** Em não sendo possível realizar o levantamento da benfeitoria, essa seguirá o principal, não havendo qualquer espécie de indenização por parte do Município.

**Art. 6º.** Reverterá ao Poder Público Municipal, o terreno doado ou cedido a título de incentivo econômico, quando não utilizou na finalidade prevista no projeto original, sem ônus para o Município.

**Parágrafo Único.** É facultado do Poder Público Municipal o direito de desistir da reversão do terreno, desde que comprovada a inconveniência técnica e julgada onerosa ao erário a transação.

**Art. 7º** A empresa beneficiada deverá obedecer rigorosamente a todos os dispositivos legais aplicáveis a espécie, sob pena de reversão automática ao patrimônio público municipal.

**Art. 8º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 9º** Aplica-se no que couber a LCM nº. 054/2025, com suas alterações.

**Art. 10.** Revogam-se as disposições em contrário.

**Prefeitura Municipal de Petrolândia, em 15 de Dezembro de 2025.**

**RODRIGO DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL**